

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Desafios e Soluções da Sociologia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

| Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG) | |
|---|--|
| D441 | Desafios e soluções da sociologia 2 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Desafios e soluções da sociologia; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-426-9 DOI 10.22533/at.ed.269192506 1. Sociologia – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 301 |
| Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422 | |

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Desafios e Soluções da Sociologia” foi dividido em dois volumes, totalizando 42 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo da organização deste livro foi o de reunir pesquisas voltadas aos desafios atuais da Sociologia, assim como apresentar possíveis soluções para estes desafios.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de duas partes denominadas “Soluções da Sociologia”. Na Parte 1, são 13 artigos e as temáticas giram em torno da economia criativa, cidadania, meio ambiente, educação, tecnologia e literatura. E na Parte 2, os 9 artigos discutem temas como autoajuda, quilombo, identidade cultural e valorização profissional.

No Volume 1 as duas partes foram denominadas “Desafios da Sociologia”. Na Parte 1, são 11 artigos que discutem questões como a representação feminina e masculina, política LGBT, assédio moral e violência familiar. E na Parte 2, são 9 artigos que apresentam desafios à Sociologia por meio de discussões de temas como abuso sexual, masculinidades e racismo.

Entregamos ao leitor o Volume 2 do livro “Desafios e Soluções da Sociologia”, e a intenção é divulgar o conhecimento científico e cooperar com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| A CRIATIVIDADE E SVAZIADA: A ECONOMIA CRIATIVA DE ACORDO OS MINISTROS DA CULTURA DEPOIS DO TÉRMINO DA SEC | |
| Diego Santos Vieira de Jesus | |
| DOI 10.22533/at.ed.2691925061 | |
| CAPÍTULO 2 | 15 |
| ABORDAGEM FITOQUÍMICA E FARMACOLÓGICA DAS FOLHAS <i>Terminalia catappa</i> Linn (Combretaceae) | |
| Maria da Costa Belina | |
| Mônica Regina Silva de Araújo | |
| Beatriz Dias | |
| Francisco Washington Araújo Barros Nepomuceno | |
| Aluísio Marques da Fonseca | |
| Ana Isabel Vitorino Maia | |
| DOI 10.22533/at.ed.2691925062 | |
| CAPÍTULO 3 | 28 |
| ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS SISTEMAS DE DESSALINIZAÇÃO IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE BARREIRA, CEARÁ, BRASIL | |
| Maria Dasdores Gonçalo Costa | |
| Olienaide Ribeiro de Oliveira Pinto | |
| Juan Carlos Alvarado Alcócer | |
| José Wertson Gonçalo Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.2691925063 | |
| CAPÍTULO 4 | 45 |
| CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA FALAM SOBRE ISSO? | |
| Dayane Gomes da Silva Rodrigues | |
| Ninótica Rosa Vieira Andrade | |
| Marta da Silva Aguiar | |
| Ismael Ferreira do Nascimento | |
| João Vitorino dos Santos Gonçalo | |
| Isaiane Rozado Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250634 | |
| CAPÍTULO 5 | 58 |
| CONJUNTO ARQUITETÔNICO DO LARGO E BECO DO BOTICÁRIO (RJ): UMA RUÍNA ESQUECIDA? | |
| Patrícia Martins de Sá | |
| Maria Amália S. A. Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250635 | |
| CAPÍTULO 6 | 73 |
| ESTUDO QUANTITATIVO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS DOS COMPLEXOS EÓLICOS SANTA MÔNICA E ROSA DOS VENTOS | |
| Guilherme Geremias Prata | |
| Rejane Félix Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250636 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 7 | 86 |
| FRONTEIRAS DE UMA SOCIEDADE DIGITAL | |
| Rosenilda Marques da Silva Felipe Antonio Idêrlían Pereira de Sousa | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250637 | |
| CAPÍTULO 8 | 94 |
| PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: O PRONATEC | |
| Rodrigo dos Santos | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250638 | |
| CAPÍTULO 9 | 107 |
| RAÍZES DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL | |
| Marclin Felix Moreira | |
| DOI 10.22533/at.ed.26919250639 | |
| CAPÍTULO 10 | 120 |
| SOLO E SOCIEDADE: CONHECIMENTO BÁSICO EM SOLOS NA MACRORREGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ | |
| Murilo de Sousa Almeida Francisco Nildo da Silva Maria Brenna Mendes Cunha José Abel Aguiar Silva Paz Henderson Castelo Sousa | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506310 | |
| CAPÍTULO 11 | 126 |
| SUPER HERÓIS, INFORMAÇÃO E MEMÓRIA NA ERA TRANSMIDIÁTICA: AS ADAPTAÇÕES DOS QUADRINHOS MARVEL PARA O CINEMA | |
| Robson Santos Costa | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506311 | |
| CAPÍTULO 12 | 141 |
| TECNOLOGIA, TRABALHO E TELETRABALHO NO PODER JUDICIÁRIO: DISCUSSÕES INICIAIS | |
| Maria Sara de Lima Dias Álaba Cristina Pereira | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506312 | |
| CAPÍTULO 13 | 151 |
| TURISMO LITERÁRIO: RESGATE AOS LUGARES DE MEMÓRIA | |
| Nairon Gaia Coimbra Diana Priscila Sá Alberto | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506313 | |
| CAPÍTULO 14 | 164 |
| AUTOAJUDA E EXPERIÊNCIAS DE GERENCIAMENTO DAS EMOÇÕES: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL | |
| Rossana Maria Marinho Albuquerque | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506314 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 15 | 180 |
| COMIDAS MIGRANTES: ANÁLISES INICIAIS A PARTIR DA FEIRINHA DA JK EM FOZ DO IGUAÇU-PR | |
| Fátima Regina Cividini Paola Stefanutti Valdir Gregory | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506315 | |
| CAPÍTULO 16 | 192 |
| COMUNIDADE BARROSO (CAMAMU-BA) PÓS 2008 – A CERTIFICAÇÃO E A NOVA CONFIGURAÇÃO DE QUILOMBO | |
| Flavia Querino Da Silva Emily Alves Cruz Moy Ana Angélica Leal Barbosa | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506316 | |
| CAPÍTULO 17 | 206 |
| CONTORNOS DE UMA IDENTIDADE CULTURAL: O ARTESANATO COMO PATRIMÔNIO DO RIO GRANDE DO SUL | |
| Letícia de Cássia Costa de Oliveira Ana Maria Dalla Zen | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506317 | |
| CAPÍTULO 18 | 219 |
| MEMÓRIAS E NARRATIVAS DAS BANDAS FILARMÔNICAS PORTUGUESAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - COMPREENDENDO A REALIDADE ATUAL | |
| Antonio Henrique Seixas de Oliveira Diana de Souza Pinto | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506318 | |
| CAPÍTULO 19 | 236 |
| OFICINA DE FOTOGRAFIAS E PESQUISA-AÇÃO: CONSTRUINDO FORMAS DE ACESSO A JUVENTUDE DO BARRO GUAJUVIRAS | |
| Luciane Marques Raupp | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506319 | |
| CAPÍTULO 20 | 251 |
| QUEM TEM FOME TEM PRESSA! BANCO DE ALIMENTOS, DIGNIDADE PARA O INDIVÍDUO | |
| Tauã Lima Verdan Rangel | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506320 | |
| CAPÍTULO 21 | 264 |
| SOCIABILIDADE EM CONDOMÍNIOS VERTICAIS DO PROGRAMA “MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CURITIBA-PR: UMA AVALIAÇÃO DA PÓS-OCUPAÇÃO A PARTIR DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS | |
| Viviane Vidal Pereira dos Santos Maria Tarcisa Silva Bega | |
| DOI 10.22533/at.ed.269192506321 | |

CAPÍTULO 22 281

VALORIZAÇÃO DOS SERVIDORES E REFORMA PREVIDENCIÁRIA NA GESTÃO LULA: DOIS LADOS DE UM MESMO GOVERNO

Ninótica Rosa Vieira de Andrade
Dayane Gomes da Silva Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.269192506322

SOBRE O ORGANIZADOR..... 293

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: O QUE OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA FALAM SOBRE ISSO?

Dayane Gomes da Silva Rodrigues

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga
João Pessoa- Paraíba

Ninótica Rosa Vieira Andrade

Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa- Paraíba

Marta da Silva Aguiar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga
João Pessoa- Paraíba

Ismael Ferreira do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga
Itaporanga- Paraíba

João Viturino dos Santos Gonçalo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga
Itaporanga- Paraíba

Isaiane Rozado Pereira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba- Campus Itaporanga
Itaporanga- Paraíba

RESUMO: Este artigo analisa a proposta de três livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio, aprovados no Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de 2018, sobre a questão da cidadania e da participação política.

Entende-se que a educação política formal é um instrumento importante para efetivação da cidadania via participação política e que, por isso, precisa ser amplamente discutida e incentivada na disciplina de Sociologia, sendo o livro escolar um instrumento imprescindível a esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania; participação política; educação política; livros de sociologia.

ABSTRACT: This paper analyzes the offer of three Sociology textbooks for High School, approved for the “Programa Nacional do Livro Didático” (PNLD) of 2018, on the issue of citizenship and political participation. We consider formal political education as an essential instrument for the realization of citizenship through political participation and that, therefore, needs to be widely discussed and encouraged in the discipline of Sociology, and the school textbook is an essential instrument for this process.

KEYWORDS: Citizenship, Political Participation, Political Education, Sociology Textbooks

1 | INTRODUÇÃO

Em 2008, a disciplina de Sociologia, depois de muito tempo afastada do currículo do

Ensino Médio, foi reincorporada como obrigatória, através da Lei Federal nº 11.648. Antes disso, o parecer CNE/CEB nº 38/2006, ao tratar do assunto, já tinha justificado a relevância da disciplina, apontando-a como necessária ao exercício da cidadania, importante à “formação humanística de jovens que se deseja sejam cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas”.

Mas, passados quase dez anos da disseminação da Sociologia no Ensino Médio, qual tem sido seu papel enquanto promotora de educação política para os jovens?

O objetivo deste artigo é analisar quais as percepções de três livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD -, de 2018, sobre o universo da cidadania e da participação política. Entende-se que o livro didático é um importante norteador da ação do professor e dos alunos, sendo relevante para o resultado do processo de educação política escolar.

Em 2018, o PNLD de Sociologia contou com 5 livros: Sociologia (ARAÚJO, BRIDI MOTIM; 2016), Sociologia hoje (AMORIM, BARROS, MACHADO; 2016), Tempos modernos, tempos de sociologia (BOMENY, EMERIQUE, MEDEIROS, O’DONNEL; 2016), Sociologia em movimento (SILVA, et. al; 2016) e Sociologia para jovens do século XXI (COSTA, OLVEIRA; 2016). Desses, os três primeiros foram analisados. A escolha desses três livros deu-se de forma aleatória. Os demais livros serão considerados em trabalho posterior.

Foram analisados, para cada um dos livros, o (s) capítulo (s) destinados à discussão da temática em questão, ou correlatas. Os aspectos primordiais investigados foram: bibliografia, atividades propostas para o conteúdo, sentido da palavra cidadania, forma como a participação política é retratada. Além disso, foram analisados os resumos das propostas, de cada livro, enviadas ao PNLD.

Acredita-se que, ao compreender como a cidadania e a participação política são retratadas nos manuais de sociologia, é possível perceber qual educação política está posta nesse universo, isto é, se de fato, trata-se de uma iniciativa voltada à ativação da cidadania juvenil.

2 | CIDADANIA, PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Democracia, cidadania e participação popular estão presentes em discursos de distintas orientações ideológicas e políticas, tanto no universo governamental, quanto na sociedade civil, mas na prática seu estabelecimento tem sido tarefa árdua. Nos últimos anos, sobretudo após a redemocratização e a Constituição de 1988, o Brasil tem vivenciado um processo, com avanços e retrocessos, de alargamento das práticas democráticas. Mesmo com tantos impasses, a progressiva descentralização de parte do processo decisório é um elemento importante para a cidadania.

A atuação da sociedade nos espaços participativos é essencial, mas é uma atividade complexa, que precisa superar dois grandes desafios internos:

a) o da vontade de exercer participação política, que envolve desde uma questão de cultura, de crença na participação como meio para fortalecimento democrático, até o rompimento dos custos imbuídos na ação participativa (NOGUEIRA, 2005).

b) o desafio do conhecimento teórico e prático sobre os mecanismos participativos e suas implicações. Os processos participativos institucionalizados são longos, cansativos e muitas vezes instrumentalizados, dominados pelos que, dentre os demais, possuem maiores recursos intelectuais, organizativos, linguísticos, colocando em xeque a legitimidade de algumas decisões coletivas (NOGUEIRA, 2005).

A participação efetiva nos espaços públicos necessita do domínio de conhecimentos. A educação política é uma solução interessante contra a apatia política e a falta de conhecimentos específicos para inserção ativa nos mecanismos participativos. Assim, há uma relação necessária e indissociável entre cidadania, participação e educação política.

O “letramento político”, como chama Cosson (2011), é fundamental para o alcance da maturidade democrática e supõe tanto a divulgação de informações procedimentais sobre a política, quanto a conscientização sobre a relevância da participação social. Quando é oferecida educação política de qualidade à sociedade, pode-se preparar esta última para o jogo democrático, possibilitando uma democracia plena. O letramento político é um meio de tornar a sociedade mais atuante na política através de uma série de conhecimentos e valores que lhe são transmitidos.

Benevides (1996A; 1996B) mostra três elementos necessários para compreensão da Educação para democracia: a formação/informação intelectual (é preciso informar o cidadão sobre as questões políticas, assim como sobre temáticas outras, como cultura, artes, literatura, à medida que a ausência de conhecimentos reforça desigualdades); a educação moral (valores democráticos e consciência ética); e a educação do comportamento (subordinação dos interesses individuais ao bem coletivo, respeito às diversidades e tolerância).

A participação política precisa ser tratada e ensinada como um valor, pois é através dela que se pode ter uma democracia fortalecida e cidadãos conscientes e envolvidos em prol de seus direitos. O ensino de valores democráticos e o incentivo e a preparação para participação é estritamente necessário à constituição da cidadania.

A alteração de regras democráticas institucionais, o aperfeiçoamento dos processos participativos, pouco impacto podem gerar, se, paralelamente a isso, não existir um povo informado sobre o mundo político e seu aporte técnico e com vontade de tornar-se parte constante e ativa desse universo. É preciso que as pessoas estejam formadas politicamente para que a cidadania seja de fato ativada.

A educação política, a participação e a cidadania se retroalimentam, sendo indissociáveis. A formação política deve investir no incentivo às práticas participativas, porque, em certa medida, sua produção depende das pressões populares que surgem pela participação. Com esse ciclo, a própria participação passaria a atuar como uma escola de cidadania (BENEVIDES, 1994).

Educar politicamente é educar para a democracia e para a cidadania, o que deve ocorrer dentro da escola formal e ser fomentado por todas as instituições envolvidas nos processos democráticos, como os parlamentos, o poder executivo, as organizações sociais, os partidos políticos, os conselhos, as universidades, dentre outros.

Pensando a educação para cidadania nas escolas, Virgínio (2012) salienta que ela deve atuar no desenvolvimento de uma personalidade essencialmente democrática, na qual há disposição para enfrentar os desafios sociais, tolerância para lidar com o conflito, ajudando a produzir alguém capaz de operar em prol do desenvolvimento social.

Benevides (1996B) diz que, independente da ideologia e das práticas governamentais, os programas educacionais oficiais das escolas públicas tendem a contemplar a chamada educação para a democracia. No entanto, quando muito, as Ações para tal tem caráter cívico, de modo que pouco tem contribuído para formar cidadãos ativos, questionadores da realidade e capazes de lutar para alterá-la.

Mas e a Sociologia, que voltou ao Ensino Médio com o objetivo declarado de formar cidadãos, qual tem sido seu papel nesse contexto? A próxima seção abordará a relação entre os livros didáticos de Sociologia e a educação para a cidadania.

3 | OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA

Foram inscritos, ao total, 12 livros didáticos de Sociologia no PNLD 2018, dos quais 5 foram aprovados (“Sociologia”, “Sociologia hoje”, “Tempos modernos, tempos de sociologia”, “Sociologia em movimento” e “Sociologia para jovens do século XXI”).

O documento do PNLD 2018 expõe a proposta de cada um dos livros aprovados, contemplando uma “visão geral”, “descrição e análise da obra” e a proposta de cada um para “sala de aula”, em que são dadas orientações rápidas ao professor sobre como trabalhar o material no dia-a-dia escolar.

Analisando essa apresentação feita pelos autores do livro “Sociologia”, percebeu-se que a questão da cidadania e da participação política não é mencionada, a não ser quando são expostos os nomes de cada um dos capítulos. É frisado que o livro possui aprofundamento teórico conceitual na área da Sociologia, o que reduz parcialmente o espaço da Antropologia e da Ciência Política.

Já no livro “Sociologia hoje”, é enfatizada sua divisão em três partes. Essas possuem, inclusive, quantidade de páginas semelhantes: a) cultura, b) sociedade e c) poder e cidadania. Cada parte retrata uma das áreas das ciências sociais. Ao descrever a terceira parte, Amorim, Barros e Machado (2016), destacam que “essa unidade reconhece a cidadania como atitude diante do jogo político que envolve a todos, ou seja, a distribuição e o controle do Poder, além do controle do Estado” (BRASIL, 2007, p. 24).

Os autores de “Tempos Modernos, tempos de sociologia” frisam que a Sociologia

é predominante em toda a obra, mas que a Antropologia e a Ciência Política também são abordadas. Não há menção aos termos “cidadania” e “participação política”, nem mesmo como título de algum capítulo.

3.1 “Sociologia”

A cidadania é tema do capítulo 8, do livro “Sociologia”, intitulado “Cidadania, política e Estado”. A foto inicial, que ocupa toda a primeira página, mostra uma multidão em um comício em São Paulo, organizado em 1974, em favor das diretas já. Para apresentar o capítulo, os autores resumem que

Estudaremos nesse capítulo: a cidadania, uma conquista valiosa, fruto da participação dos indivíduos na sociedade. É pelo exercício da política dos homens e mulheres de diversas idades que acontecem as transformações sociais, uma vez que poder, de modo geral, se refere à capacidade de agir (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 230).

O texto contém as seguintes divisões temáticas: a) Cidadania é uma conquista; b) As origens dos conceitos de cidadão e cidadania; c) Políticas públicas: dilemas da cidadania; condições da cidadania no Brasil; d) Poder e política: exercício e participação; e) Cidadania: entre o público e o privado; f) Estado e sociedade; g) Estado e governos: duas visões sobre a atuação do Estado capitalista e autoritarismos e totalitarismos: ameaças à cidadania.

No texto, a cidadania é diretamente relacionada à igualdade e ao respeito a direitos tidos como necessários à democracia. É dito que, historicamente, a conquista de direitos esteve ligada às lutas sociais, assim: “os direitos, legitimados pelas leis, decorrem da pressão e da mobilização da sociedade. Só existe cidadania quando há possibilidade de os indivíduos, com seus direitos e deveres, se tornarem sujeitos atuantes na história” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 232).

O texto resume momentos históricos de luta por direitos, e os impasses imbuídos nesse processo, trazendo em letras destacadas a afirmação de que “a cidadania ativa se traduz na busca por participação na sociedade e não pode ser apenas concedida ou tutelada pelo poder político.” (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 232)

É realizada uma descrição da evolução do conceito de cidadania, em destaque para a noção Marshalliana de sequência de direitos (civis, políticos e sociais). Também é discutida a tese do trabalho como requisito para a cidadania, tema que é utilizado como proposta para a realização de uma atividade sobre manifestações trabalhistas e a repressão violenta do Estado. Entretanto, mesmo com a atividade proposta, essa seção não conseguiu avançar para além do caráter descritivo. A teoria “dos direitos”, por exemplo, não é tensionada a partir da situação do Brasil, não sendo levantados elementos importantes para construção de um argumento que aponta para nossa situação social como um grande problema à nossa condição democrática.

Na seção sobre políticas públicas, além da descrição do conceito, é feita relação entre sua produção e as pressões sociais via participação popular. Já na parte sobre

a cidadania no Brasil, os autores mostram momentos históricos de conquistas cidadãs no país, enfatizando os avanços e retrocessos nesse campo, utilizando os conceitos de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme, e de “cidadania concedida”, de Teresa Sales.

O texto traz, ainda, uma provocação aos estudantes, discutindo o necessário envolvimento da sociedade na política.

Fazemos política quando, no local de trabalho, nos unimos para conquistar melhorias ou participamos do sindicato. Fazemos política na escola ou na universidade quando participamos das organizações estudantis, do grêmio ou do diretório acadêmico. Fazemos política ao nos interessarmos pelas coisas do nosso bairro, da nossa cidade, da zona rural, do nosso país; enfim, quando queremos decidir o que é essencial para nossa vida. A política está no nosso cotidiano, desde uma reunião de moradores do bairro para reivindicar iluminação ou a instalação de um semáforo, até o envolvimento formal com movimentos sociais, partidos políticos ou grupos religiosos. Participar de eleições é somente uma das formas de atuar politicamente, embora seja uma parte importante da atividade política (ARAÚJO, BRIDI E MOTIM, 2012, p. 243).

Ainda assim, não há menção a dados sobre a situação da participação política no Brasil. A apatia política dos jovens não aparece como uma questão durante todo o texto, de modo que mesmo que discursivamente a provocação acima toque na necessidade de participação, não há um contraste com a conjuntura atual do país.

Em parte significativa do capítulo, o texto discute o Estado Moderno, fazendo menção a diversos autores, como Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Athusser, Poulantzas e Weber. Também é discutida a diferença entre Estado e Governo e sobre tipos de Estados. Por fim, o texto é finalizado com o debate sobre Estados autoritários e a conseqüente ameaça desses à cidadania, sendo indicados filmes e livros importantes que abordam esse universo.

Os exercícios propostos ao final do capítulo tem caráter de revisão do conteúdo exposto, tendo inclusive o título de “revisar e sistematizar”. Faltaram atividades de cunho mais crítico e subjetivo, capazes de tencionar o pensamento dos discentes sobre a cidadania e a participação política, ainda que o texto apresente alguns elementos críticos ao aliar paralelamente a fatos históricos o desafio constante do exercício cidadão via participação política.

Modo geral, trata-se de um capítulo amplo, que traz muitas informações, muitos conceitos e autores, o que certamente, apesar da linguagem de fácil acesso, deve oferecer problemas à compreensão de estudantes do Ensino Médio. Apesar do texto ter cumprido um papel informativo, de apresentar o pensamento de autores consagrados sobre a temática em pauta, e ter feito uma retrospectiva teórica interessante, inexistiu, a nosso ver, um real estímulo à participação social juvenil ou, ao menos, algo que possa ter despertado, por si só, a crença dos alunos na cidadania enquanto um valor, cujo exercício da participação popular, fomentada pela educação política, é o meio para ser alcançada.

3.2 “Sociologia Hoje”

“Sociologia Hoje” é, dentre os demais, o livro didático que dedica maior espaço à discussão sobre política e cidadania. Há toda uma unidade voltada a isso, totalizando cinco capítulos, que abordam, em separado, as temáticas da formação do Estado Moderno, da globalização e da política, da cidadania em sentido geral, da cidadania no Brasil e temas contemporâneos na Ciência Política. Há, então, dois capítulos destinados especificamente à discussão sobre cidadania, o 13º e o 14º.

No 13º capítulo, intitulado “A sociedade diante do Estado”, é apresentada a cidadania como o reconhecimento de pertencimento a um grupo político, incluindo direitos e deveres próprios dessa condição. O texto retrata a teoria de Marshall sobre as três gerações de direitos e problematiza o fato de tendermos a considerar alguns direitos como naturais, quando, na verdade, todos eles foram fruto de lutas.

Um ponto alto do texto, a nosso ver, é a parte destinada aos movimentos sociais, que além de trazer conceitos e relatar fatos históricos, conduz os alunos a uma discussão sobre o que move a participação popular nesses movimentos, momento em que é introduzido o debate sobre “distribuição”, “reconhecimento” e os “bivalentes”, de Nancy Fraser, o que é exemplificado e contextualizado pela ação do Movimento dos Sem Terras - MST, do movimento indígena e pelas lutas do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros - LGBTQs, no Brasil, como também pelo movimento feminista e pelo movimento em favor dos negros, de caráter global.

Os dilemas da ação coletiva, propostos por Mancur Olson, são trabalhados, seguidos de uma finalização provocativa aos discentes: “Que tipo de coisa ou situação deixa de acontecer na sua escola, na sua igreja ou no seu bairro porque as pessoas não se organizam? [...]” (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 253). Outra seção desse capítulo trata das revoluções, a partir das categorias criadas por Charles Tilly.

No capítulo seguinte, o 14º, de título “A política no Brasil”, a cidadania brasileira é retratada pelos olhos de José Murilo de Carvalho, Simon Schwartzman e Raimundo Faoro, ressaltando a versão da herança patrimonialista do Estado, como explicação para nossa situação atual, que seria de corrupção e favores.

Em um Estado patrimonialista, em vez de lutar por direitos, os grupos, classes e indivíduos pedem favores. [...] Nessa herança colonial estão as origens de muitos problemas atuais da sociedade brasileira. De um lado, a extrema desigualdade social e a exclusão de grande parte da população dos direitos mais elementares. De outro, um Estado bastante comprometido com interesses particulares, que busca tirar vantagens do patrimônio público, prática que hoje em dia chamamos de corrupção (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 265).

O texto segue mostrando eventos que vão desde a abolição da escravatura no Brasil até a promulgação da Constituição de 1988, quando são frisadas as conquistas democráticas face a nossa ainda frágil democracia e o desenvolvimento progressivo de uma cultura que passa a tratar os direitos enquanto conquistas e não dádivas.

Há uma seção destinada aos partidos políticos no Brasil, seus tipos, classificações, suas funções em relação à democracia, o presidencialismo de coalizão e as alianças partidárias. Por fim, a última parte do texto, explora o que chama de “o problema da corrupção”, retomando suas origens patrimoniais e possíveis motivos de sua persistência. É destacada a relevância de uma imprensa livre para denunciar os escândalos de corrupção e o voto consciente é elencado como forma de diminuir a corrupção. Os autores propõem aos discentes uma atividade oral, fazendo-os pensar até que ponto a corrupção não parte deles e da sociedade como um todo, reverberando com uma interpretação, bastante difundida na academia e no senso comum, de que a corrupção está imbuída na cultura brasileira.

Nós vivemos na mesma cultura que os políticos corruptos, e é provável que tenhamos alguns hábitos semelhantes aos deles, por mais que nos incomode reconhecer isso. Muitas vezes desrespeitamos a lei em situações aparentemente sem importância, com infrações de trânsito, crimes contra a limpeza pública (jogar lixo na rua, por exemplo), e pequenas tentativas de levar vantagem sobre os outros. Será que isso não explica parte de nossa tolerância com políticos corruptos? Afinal, alguns deles são eleitos mesmo depois de comprovadas as denúncias contra eles. Se nos preocupássemos mais com nosso comportamento, isso não aumentaria nossa disposição para cobrar como cidadãos, e assim contribuir para o fim da corrupção? (AMORIM, BARROS E MACHADO, 2016, p. 278).

Essa percepção, entretanto, não contraposta a nenhuma outra, acaba passando-se como a “verdade” sobre a conduta, necessariamente, corrupta do brasileiro. Não há espaço aqui para adentrar esse debate, mas acreditamos que teorias como a de Jessé de Souza sobre esse mesmo ponto, poderiam ser ao menos mencionadas.

Uma parte dos exercícios finais, propostos no capítulo, volta-se ao resumo das teorias e informações históricas apresentadas ao longo do texto. Outra atividade, de caráter mais crítico, traz uma música e uma imagem que retratam a esperança na democracia e questiona o discente sobre as realizações práticas desse projeto.

Esse livro, embora tenha aparentemente destinado maior espaço para a discussão sobre cidadania e participação, e tenha recorrido a autores de peso, como Marshall, José Murilo de Carvalho e Fraser, deixou de elencar aspectos fundamentais para o debate. Não aborda a situação social do Brasil como elemento implicador do processo democrático, não menciona o papel da grande mídia, atribuindo, em oposição, peso aos próprios jovens sobre o que seria nosso grande mal, a corrupção, sem questionar as bases desse argumento, nem mostrar soluções para tudo isso.

Há, de modo geral, um caráter muito mais expositivo, que tenta dar informações sobre o estado atual da produção das ciências sociais sobre esse universo, do que um argumento solidamente construído, que gere impactos na forma como os jovens avaliam a cidadania brasileira e que desperte neles, de modo direto, a ânsia participativa.

3.3 “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”

Em “Tempos Modernos, tempos de sociologia”, é o capítulo 19, intitulado de “Participação política, direito e democracia”, que se volta para a discussão sobre a

cidadania e a participação. O texto tem como panorama central a questão do Brasil e inicia-se explicando o que é a constituição e suas versões ao longo da história do país. Também aborda as ações do Regime Militar, sobretudo as destinadas ao cerceamento democrático, momento em que é mostrada uma imagem de uma passeata pelas “Diretas Já” e em que é citado rapidamente que esse movimento “entrou para a história política como um marco da mobilização pelo restabelecimento da democracia no país” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O’DONNELL, 2016, p. 304).

Numa das seções do capítulo, chamada de “Democracia se aprende, cidadania também”, os autores invocam um pouco da teoria de Tocqueville para mostrar que a democracia e a cidadania podem ser aprendidas. Elisa Reis é citada para trazer a apresentação da ideia de cidadania como inclusão na *civitas* e corroborar com a definição traçada pelos autores: “Uma definição geral de cidadania pode então ser assim formulada: conjunto de direitos e deveres ao qual um indivíduo está sujeito no ambiente social em que vive” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O’DONNELL, 2016, p. 305).

A teoria “dos direitos” de Marshall é recuperada no texto de forma descritiva e embora sejam mostradas fotos de manifestações sociais, uma por melhoria do transporte público e outra de uma parada gay, não é feita, nesse momento, menção explícita a relação entre participação social e efetivação da cidadania. As imagens estão atreladas a um texto que explora a cidadania como uma combinação entre direitos e deveres e, de forma ligeira, é dito que esses direitos são construídos historicamente.

Em outro momento do material, é feito um apanhado histórico sobre a situação do voto no Brasil, partindo de uma provocação inicial para os jovens discentes:

Você certamente sabe que ao completar 16 anos todo brasileiro passa a ter o direito de votar nas eleições municipais, estaduais e federais, por meio das quais ajuda a escolher aqueles que comporão o Poder Executivo (prefeitos, governadores e presidentes) e o Poder Legislativo (vereadores, deputados estaduais e federais, e senadores). Deve saber, também, que aos 18 anos esse direito deixa de ser facultativo e passa a ser um dever de todos os cidadãos, que têm de comparecer obrigatoriamente a cada eleição realizada. Mas será que você sabe que nem sempre foi assim? Entender um pouco da história do voto no Brasil é entender um dos aspectos mais importantes do processo de consolidação da democracia – e também da cidadania – em nosso país. (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O’DONNELL, 2016, p. 307)

Logo após, o texto apresenta uma discussão em torno do questionamento “cidadãos de que classe?”, onde toca-se na questão da apatia política do brasileiro, diferente dos demais livros, eu não fazem essa constatação de forma clara. Essa parte do capítulo, é a mais enfática sobre a participação popular, abordando a situação atual do Brasil em relação à participação, a falta de informações da população sobre seus direitos, as conquistas que já tivemos em relação à participação e a alerta de que ainda assim falta muito para chegarmos a situação ideal. Aqui, é exposto o conceito de “cidadania regulada”, de Wanderley Guilherme, utilizado para discutir os dados sobre a realidade nacional e à concepção clássica de cidadão enquanto membro de uma

comunidade.

Por isso Wanderley Guilherme batizou essa noção de cidadania regulada, ou seja, cidadania restrita, dentro de certas condições. Seria uma cidadania seletiva, podemos concluir, só aplicável aos que têm um contrato de trabalho formalizado. Então, estamos diante de uma distorção: se cidadão é todo membro de uma comunidade maior, de uma cidade, sua cidadania não pode decorrer do fato de ter uma ocupação ou um documento. O resultado é que dividimos o que deveria ser uma condição de todos entre uns, que podem e têm, e outros, uma grande maioria, que não podem e não têm direito aos benefícios que deveriam ser garantidos aos cidadãos... (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 309)

Imediatamente depois, os autores completam o argumento, lembrando que

Tudo isso quer dizer que não avançamos nada? O bom da experiência democrática é que com ela aprendemos a querer mais e mais, a melhorar mais e mais. Essa atitude é indispensável à vida em sociedade, porque ensina a exigir o que precisa ser modificado e cuidar do que se conquistou. (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 309-310)

Os autores revisitam a teoria de Marshall, mostrando avanços sociais que o Brasil teve, a exemplo do aumento considerável de números de matrículas escolares, um direito social essencial para conquista dos demais direitos e da cidadania como um todo. Em outro momento do texto, a teoria da evolução dos direitos Marshalliana já havia sido retratada, em conjunto com o pensamento de exclusão/inclusão de Elisa Reis.

O aprendizado democrático é levemente mencionado, quando os autores afirmam que “[...] não nascemos sabendo de cidadania nem de democracia, e a escola é um dos espaços onde aprendemos sobre a vida em sociedade.” (BOMENY, MEDEIROS, EMERIQUE e O'DONNELL, 2016, p. 310). Nota-se que, de forma muito simples, os autores abordam a importância da educação política via instituições de ensino formal.

Há, ainda, menção à necessidade de liberdade de imprensa, às pressões e denúncias sociais, ainda que o problema da parcialidade e intencionalidade política da nossa grande mídia não tenham sido retratados.

A nosso ver, um ponto importante desse material é a parte destinada aos exercícios. Há indicação de dois filmes para discussão (“Tempo de resistência” e Vlado- quase trinta anos depois”) que são histórias reais de pessoas que viveram e lutaram contra o período da Ditadura Militar brasileira.

As demais atividades são provocativas. Uma delas, por exemplo, utiliza um trecho do discurso de Ulysses Guimarães sobre a Constituição de 1988 e questiona os alunos sobre os caminhos práticos que foram estabelecidos para participação popular e se de fato o povo tem sido o “superlegislador”. Outra questão indaga sobre o papel da televisão brasileira na Ditadura. Há ainda, em um dos exercícios propostos, indagações sobre a importância da participação popular a partir da canção “Para não dizer que não falei das flores”, de Geraldo Vandré, e “Carta à República, de Milton Nascimento.

Por fim, os autores retratam depoimentos de jovens que participaram do encontro

“Vem ser cidadão”, cujo objetivo era a discussão sobre o protagonismo juvenil. Após citar a fala de três jovens sobre a temática, é sugerido que os alunos produzam um texto com o tema “Cidadania e Participação social”, contendo uma proposta de ação social para cidadania.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todos os livros, com diferentes precisões argumentativas, foi possível perceber que a noção de cidadania utilizada está sempre atrelada à luta por direitos, à participação social. Os direitos, necessários à cidadania, são tratados como fruto de combates e como um processo em contínua construção.

Embora os livros toquem, de uma maneira ou de outra, na relevância da participação política, eles não abordam ou fazem menção direta aos problemas estruturais que temos e que dificultam seu exercício. Não é frisada a realidade de exclusão social, miséria e desigualdade como geradoras de limites à cidadania. Em relação a todos os livros, percebeu-se a ausência de possíveis soluções ou mesmo de estímulo direto à participação.

Todos os livros analisados trouxeram a definição de Marshall, mas não tencionaram essa argumentação, trazendo informações e levantando questionamentos a respeito da real garantia desses direitos “básicos” no Brasil e as implicações disso para a nossa cidadania. Mesmo o livro, “Tempos modernos, tempos de sociologia”, que analisa em conjunto a teoria dos direitos de Marshall e a ideia de “inclusão” e “exclusão” de Elisa Reis, não coloca em questão a situação a falta de direitos, sobretudo os sociais, no Brasil, como elemento de fato problematizador.

Outro ponto que, embora levemente mencionado por dois dos livros, não é devidamente discutido, é a questão da parcialidade da nossa grande mídia e os efeitos disso para o exercício da cidadania. A temática da recente fábrica de notícias falsas na internet, tema que certamente faz parte do universo dos alunos, não foi suscitada.

Categorias relevantes foram abordadas pelos livros didáticos, como a de “cidadania regulada” e “cidadania concedida”, mas a impressão é que, nos dois primeiros livros analisados, foram apenas descritas, sem ter, ainda que usando uma linguagem e esquema analítico condizentes com a realidade geral dos alunos de Ensino Médio, sido utilizadas como pontos de questionamento da nossa realidade.

A conjuntura de apatia política da sociedade brasileira em geral e dos jovens em particular não foi mencionada nos dois primeiros livros avaliados. O papel essencial da educação política oferecida pelas escolas e demais instituições, como mecanismo para vencer a apatia política e aperfeiçoar a qualidade da participação, também só foi retratado, embora ainda merecendo aprofundamento, no livro “Tempos modernos, tempos de sociologia”.

Nenhum dos livros analisados mostrou de que forma os jovens podem, de fato,

participar politicamente das decisões públicas. Nenhum mecanismo institucional de participação ou de fiscalização das ações governamentais foi explorado.

De modo geral, pode-se afirmar que pelo que os livros didáticos de sociologia, do PNLD 2018 mostraram, a discussão sobre a cidadania carece de aperfeiçoamento. Pelo resumo das propostas cadastradas no programa, já foi possível notar que essa discussão, preconizada pelas diretrizes educacionais, como sendo função central da sociologia no ensino médio, não foi assim tratada. Os textos, embora baseados em rico referencial teórico, construíram espécies de resumos das teorias, sem traçar ligações claras e questionadoras com a realidade brasileira.

Não há dúvidas que o papel da sociologia na escola é fundamental para o ajudar no “despertar para cidadania” dos jovens discentes, mas a depender do livro didático, por si só, esse papel será mal desempenhado. Há que se destacar, no entanto, que esse papel não é de responsabilidade única dos manuais da disciplina. A atuação dos professores em sala, mesmo tendo como ponto de partida o livro, pode impactar sobremaneira a percepção política dos discentes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARAÚJO, Sílvia Maria de; BRIDI, Maria Aparecida; MOTIM, Benilde Lenzi. **Sociologia**. Volume único. Ensino médio. 2 ed. São Paulo: Scipione, 2016.

AMORIM, Henrique; BARROS, Celso Rocha de; MACHADO, Igor José de Renó. **Sociologia hoje**. Volume único. Ensino Médio. 2 ed. São Paulo: Ática, 2016.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. Cidadania e democracia. **Lua Nova**, n. 33, 1994, pp. 5-16.

_____. Educação para a cidadania na democracia contemporânea. IEA- USP, 1996A. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/benevideseducacaocidadania.pdf>/ Acesso em: 29/07/2016.

_____. Educação para a democracia. **Lua Nova**, n. 38, 1996B .

BOMENY, Helena; MEDEIROS, Bianca Freire; EMERIQUE, Raquel Balmant; O'DONNELL, Julia Gali. **Tempos modernos, tempos de sociologia: ensino médio**. Volume único. 3 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2016.

BRASIL. Guia de livros didáticos: PNLD 2018: Sociologia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica– SEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2017.

COSSON, Rildo. O letramento político como missão educativa do Parlamento. 2011. **Cadernos do ILP**, São Paulo, n.1, p. 57-59, 2011. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=276> Acesso em: 10 de março de 2015.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para Sociedade Civil: temas éticos e políticos para gestão democrática do Estado**. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Afrânio, et. al. **Sociologia em movimento**. 2 edição. São Paulo: Moderna, 2016. COSTA, Ricardo Cesar Rocha da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Sociologia para jovens do século XXI**. 4 edição. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2016.

VIRGÍNIO, Alexandre Silva. Educação e sociedade democrática: interpretações sociológicas e desafios à formação política do educador. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, jan./abr. 2012, p. 176-212.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-426-9



9 788572 474269